



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DEPUTADO GILVAN DA FEDERAL - PL - ES**

REQUERIMENTO Nº ____, DE ____ DE 2026

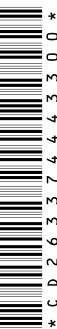
(Do Sr. Deputado Gilvan da Federal)

Requer a aprovação de Moção de Repúdio contra o Governo Federal pela admissão pública da existência e consolidação de um "Estado Paralelo" no Brasil.

No uso de minhas atribuições parlamentares e na forma Regimental, venho perante esta Comissão requerer que seja submetida à aprovação deste Colegiado a presente Moção de Repúdio contra o Governo Federal pela admissão pública da existência e consolidação de um "Estado Paralelo" no Brasil. Recentemente, autoridades federais reconheceram que a criminalidade está "misturada" às instituições oficiais. Tal declaração é a confissão definitiva da falência moral e operacional da atual gestão, que se mostra incapaz de exercer a soberania estatal, permitindo que facções criminosas ditem as regras em vastas regiões do território nacional.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição encontra fundamento na estarrecedora e inaceitável confissão pública de representantes da cúpula do atual Governo Federal, que admitiram, de forma temerária, a consolidação de um "Estado Paralelo" operado pelo crime organizado no Brasil. Tal declaração não é apenas uma constatação técnica, mas o atestado de óbito da soberania nacional sob a égide do atual regime. Enquanto o governo se mostra um espectador passivo e leniente diante do avanço das facções, os nossos profissionais de segurança pública são abandonados à própria sorte nas frentes de combate, enfrentando exércitos criminosos combatidos pela falta de apoio logístico, político e jurídico do centro do poder. É um escárnio com o cidadão de bem e uma traição ao juramento daqueles que arriscam a vida pela Pátria. Ao reconhecer que a criminalidade está "misturada" às instituições, o Governo Federal sinaliza para as facções que a porteira está aberta, transformando o Brasil em um santuário para o





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DEPUTADO GILVAN DA FEDERAL - PL - ES**

narcotráfico global através de uma postura covarde que prefere o diálogo ideológico à imposição da força da lei.

Somado a este cenário de capitulação, assistimos à vergonhosa estratégia do Palácio do Planalto de tratar a Segurança Pública como uma mera ferramenta de marketing para estancar a erosão de sua popularidade. É nítido que o anúncio de "pacotes de emergência" não visa proteger a família brasileira, mas sim realizar uma "Segurança de Vitrine" para fins puramente eleitorais. Enquanto marqueteiros desenham medidas cosméticas entre as paredes acarpetadas de Brasília, os nossos policiais, heróis solitários nesta guerra, sofrem com salários defasados, equipamentos obsoletos e uma perseguição ideológica constante promovida por conselhos de direitos humanos que só enxergam direitos para o bandido. Repudiamos o uso da dor das vítimas da violência como palanque. O policial brasileiro não pode ser refém de uma gestão que prioriza a bandidolatria e mantém o contingenciamento de verbas essenciais, enquanto gasta fortunas com propaganda e viagens. Este governo, em sua essência antibelicista e hostil à autoridade, é incapaz de entregar o que o operador de segurança e o cidadão de bem exigem: respaldo jurídico, extermínio das facções e o restabelecimento imediato da ordem pública.

Pelo exposto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação desta justa e necessária homenagem.

Sala das Comissões,

**DEPUTADO GILVAN DA FEDERAL
PL - ES**

